

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DE OBRAS – CPLO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE
COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL.**

Assunto: **Recurso Administrativo Concorrência Pública Nº.
044/16/CPLO/SUPEL/RO (Recurso contra desclassificação)**

META SERVIÇOS E PROJETOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe vem, por intermédio de Vossa Senhoria, com base no artigo 109, inciso I, alínea “a” da Lei n.º 8.666/93 c/c subitem 26.2 do Edital da Concorrência em epígrafe, apresentar, tempestivamente,


RECURSO ADMINISTRATIVO

para o Diretor-Geral do **Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO**, conforme determinado no Edital, contra decisão desta r. Comissão Permanente de Licitação de Obras – COPEL que desclassificou a ora RECORRENTE no referido certame, pelas razões anexadas.

N. Termos.

P. deferimento.

Porto Velho-RO, 13 de julho de 2017.


Meta Serviços e Projetos Ltda.
CNPJ: 01.814.174/0001-50
RECORRENTE

Desvio Bucarest N°560 Q-256 L-06 Jardim Novo Mundo CEP-74.703-100, Goiânia – GO.
Superintendência Estadual de Compras e Licitação (062) 3275-5158 E-mail: meta@msp.eng.br

RECEBIDO

Certifico que recebi o documento no dia
17/07/17 às 11 Hs: 50 Min.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO
DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO.**

Assunto: **Recurso Administrativo Concorrência Pública Nº.
044/16/CPLO/SUPEL/RO (Recurso contra desclassificação)**

META SERVIÇOS E PROJETOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe vem, à presença de Vossa Senhoria, com base no artigo 109, inciso I, alínea “a” da Lei n.º 8.666/93 c/c subitem 26.2 do Edital da Concorrência em epígrafe, apresentar, tempestivamente,

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra decisão da r. Comissão Permanente de Licitação de Obras-COPEL da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL que desclassificou a ora RECORRENTE no referido certame, pelas razões a seguir:

I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

1. De acordo com o subitem 26.2¹ do Edital em epígrafe, o Recurso Administrativo poderá ser interposto nos moldes do art. 109² da Lei n.º 8.666/93.

2. Com isso, de acordo com o art. 109, inciso I, alínea “a” da referida norma, o prazo para interposição será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

3. Logo, considerando que a decisão desclassificando a ora RECORRENTE foi disponibilizada no site (<http://www.rondonia.ro.gov.br/licitacao/142427/>) no dia **11 de julho de 2017**, tem-se que o termo final do prazo será dia **18 de julho de 2017**.

4. Assim, considerando a data de protocolização deste Recurso Administrativo, tem-se que o mesmo deve ser conhecido por preencher os

¹ 26.2 - É assegurado a qualquer proponente, o direito de impugnar os atos praticados pela Comissão de Licitações, deles recorrer hierarquicamente ou representar, observadas as disposições do art. 109, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

² Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: **a)** habilitação ou inabilitação do licitante; **b)** julgamento das propostas; **c)** anulação ou revogação da licitação; **d)** indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; **e)** rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) **f)** aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa; **II** - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico; **III** - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato. § 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “e”, deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas “a” e “b”, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata. § 2º O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos. § 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis. § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade. § 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado. § 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de “carta convite” os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

requisitos previstos no Edital em epígrafe, mormente o que diz respeito à tempestividade.

II – DA DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA EMPRESA META SERVIÇOS E PROJETOS LTDA.

5. De acordo com o Aviso de Julgamento das Propostas de Preços, disponibilizado em 11 de julho de 2017 no site da SUPEL (<http://www.rondonia.ro.gov.br/licitacao/142427/>), a empresa ora RECORRENTE foi desclassificada nos seguintes moldes, *verbis*:

(...)
DA DECISÃO DA COMISSÃO: ...**DESCCLASSIFICAR** as empresas: (...) **META SERVIÇOS E PROJETOS**, por ter deixado de cumprir o item 8.13 da Planilha orçamentária, bem como, por ter apresentado o item 7.10 da Planilha Orçamentária com valor unitário superior ao disponibilizada pela Administração Pública, contrariando assim o item 19.2 alínea “g” do edital (...):

II.1 – QUANTO À ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.13 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

6. Conforme transcrição acima, a r. Comissão Permanente de Licitação de Obras – COPEL desclassificou a empresa ora RECORRENTE em virtude da mesma *ter deixado de cumprir o item 8.13 da Planilha orçamentária*, o que, acreditamos, quis dizer que não foi apresentado o preço e, por via de consequência, a respectiva composição unitária de preços, o que motivou a desclassificação.

7. Contudo, a alegação da Comissão não merece prosperar, tendo em vista que o preço para o item 8.13 (Construção de edificação de alvenaria – preço Sinduscon c/ BDI 30,37) foi devidamente apresentado à fl. 009 da Proposta de Preços, como se comprova mediante imagem abaixo colacionada:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
8.13	Construção de edificação de alvenaria – preço Sinduscon c/ BDI 30,37	1,00	30,37	30,37
TOTAL SERVIÇOS PROPOSTOS (R\$)				30,37

[Assinatura]
Meta Serviços e Projetos Ltda.
Diana Helena Barbosa
CPF: 326.967.601-87
Diretor Operacional

[Assinatura]
Meta Serviços e Projetos Ltda.
Gustavo Rodrigues da S. Neto
Engenheiro Civil
CREA 22635/D-GO

8. Do mesmo modo, foi devidamente apresentada a respectiva composição unitária de preços (fl. 100 da proposta de preços), conforme imagem abaixo colacionada:


Nota Serviços e Projetos Ltda.
Gustavo Rodrigues da S. Melo
Engenheiro Civil
CREA 226390-00

9. Desse modo, considerando que foi cumprido o item 8.13 da Planilha orçamentária, verifica-se a desclassificação indevida da empresa ora RECORRENTE no que concerne ao referido item.

II.2 – QUANTO À ALEGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO SUPERIOR AO DISPONIBILIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO QUE CON CERNE AO ITEM 7.10 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

10. O outro motivo que fundamentou a desclassificação da ora RECORRENTE, conforme afirmado pela r. Comissão, diz respeito ao fato de *ter apresentado o item 7.10 da planilha Orçamentária com valor unitário superior ao disponibilizado pela Administração Pública.*

11. Assim, visando demonstrar que não assiste razão à r. Comissão, cabe colacionar parte da planilha orçamentária disponibilizada como anexo do referido Edital, especialmente a parte em que consta o item 7.10, de modo a comprovar a violação do direito da ora RECORRENTE:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
			ORRA: CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA			
			RODOVIA: RO - 005			
			TRECHO: KM - 5,0 (PENTECENÁRIO) - RAMAL ALIANÇA			
			SEGMENTO: EST. 700+0,000 à EST. 1.521+10,000 DATA BASE			
			EXTENSÃO: 18,43 km LOTE			
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	P. UNITÁRIO	SUB-TOTAL
7.5	DERSIN015	Pintura de setas e zebraes - tinta base acrílica p/2 anos	m²	248,31	37,08	9.202,31
7.6	DERSIN016	Escudo de identificação rodovias 0,55 X 0,50 m, A=0,38 m² (incl.supe e trav) Totalm. Reflexiva	und	7,00	155,44	1.088,08
7.7	DERSIN017	Marco quilométrico 0,50 X 0,67 m, A=0,34 m² (incl.supe e trav) Totalm. Reflexivo	und	17,00	135,51	2.303,67
7.8	DERSIN021	Pintura de faixas horizontais - tinta base acrílica p/2 anos	m²	5.359,48	21,28	114.049,72
7.9	DERSIN043	Form. e colocação de placas retas unidirecionais	und	17,00	17,00	19.924,00
7.10	DERSIN045	Form. e colocação de placas retas bidirecionais	und	2.437,00	18,55	45.194,85
7.11	DERSIN048	Form. e colocação de placas retas bidirecionais	und	511,00	49,28	30.110,08
TOTAL 7.0 - (R\$)						

12. Assim, pela imagem acima verifica-se que a planilha orçamentária previu o preço unitário para o item 7.10 de R\$ 18,55 (dezoito reais e cinquenta e cinco reis).

13. Logo, visando demonstrar que o preço ofertado pela ora RECORRENTE, para o item em questão, está abaixo do valor orçado pela Administração, cabe

14. Assim, pelas imagens acima colacionadas, verifica-se que o preço orçado pela Administração, para o item 7.10, foi de **R\$ 18,55** (dezoito reais e cinquenta e cinco reis), enquanto que a ora RECORRENTE apresentou, em sua proposta de preços, para o referido item 7.10, o valor de **R\$ 16,89** (dezesseis reais e oitenta e nove centavos), o que representa um desconto de R\$ 1,66 (um real e sessenta e seis centavos).

15. Com isso, consoante imagens acima colacionadas, verifica-se a desclassificação indevida da empresa ora RECORRENTE, tendo em vista que o preço ofertado está abaixo do preço orçado pela Administração, o que contraria o que fora afirmado pela r. Comissão.

III – DO PEDIDO


16. Ante o exposto, requer:

- a) seja recebido, processado e julgado procedente este Recurso Administrativo no sentido de se classificar a empresa **META SERVIÇOS e PROJETOS Ltda.**, tendo em vista sua indevida desclassificação, nos moldes ora comprovados e fundamentados, na **Concorrência Pública n.º 044/16/CPLO/SUPEL/RO;**

N. Termos.

P. deferimento.

Porto Velho-RO, 13 de julho de 2017.


Meta Serviços e Projetos Ltda.
CNPJ: 01.814.174/0001-50
RECORRENTE